

## O PATRIARCADO E A TEORIA MARXISTA: VISÃO E CRÍTICA

### PATRIARCHY AND MARXIST THEORY: VISION AND CRITIQUE

Maira Salete Meneghetti<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as diferentes interpretações acerca da opressão patriarcal, com ênfase na perspectiva da teoria marxista, destacando a importância do conhecimento histórico para a construção de um pensamento feminista efetivamente emancipatório. Para tanto, adota-se o método indutivo, baseado na análise de dados e evidências provenientes da literatura especializada e de registros históricos, a fim de identificar padrões e contrapontos relacionados à origem e à consolidação da divisão sexual do trabalho, bem como às adaptações históricas do discurso a esse respeito. Os resultados indicam que o patriarcado não decorre de um determinismo biológico, mas constitui uma construção histórica orientada à manutenção da dominação masculina, com adaptabilidade às mudanças sociais. Conclui-se que, para além da compreensão do tema, o reconhecimento desse processo histórico é fundamental para a formulação de ações e políticas voltadas à promoção da equidade de gênero e à edificação de uma sociedade democrática e igualitária.

**Palavras-chave:** Patriarcado; emancipação feminista; teoria marxista; divisão sexual do trabalho; história social.

**Abstract:** This article aims to critically analyze the different interpretations of patriarchal oppression, with an emphasis on the Marxist theoretical perspective, highlighting the importance of historical knowledge for the construction of a genuinely emancipatory feminist thought. To this

---

<sup>1</sup> Juíza de Direito da Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Mestranda da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. *E-mail:* mairasal@yahoo.com.br

end, the study adopts the inductive method, based on the analysis of data and evidence drawn from specialized literature and historical records, in order to identify patterns and contrasts related to the origin and consolidation of the sexual division of labor, as well as to the historical adaptations of the discourse on this subject. The results indicate that patriarchy does not stem from biological determinism but rather constitutes a historical construction oriented toward the maintenance of male domination, with adaptability to social change. It is concluded that, beyond understanding the issue, recognition of this historical process is fundamental to the formulation of actions and policies aimed at promoting gender equity and building a democratic and egalitarian society.

**Keywords:** patriarchy; feminist emancipation; Marxist theory; sexual division of labor; social history.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, a luta das mulheres por reconhecimento e pela efetividade dos direitos fundamentais vem ganhando força, impulsionada pela primeira geração do movimento feminista – as sufragistas – que, por meio de marchas, protestos e campanhas de conscientização, reivindicaram direitos civis e políticos, especialmente o voto, em uma época em que a participação feminina na vida pública era praticamente inexistente. Nas décadas de 1960 e 1970, a segunda geração ampliou esse debate, enfocando a transformação das relações sociais, culturais e econômicas que mantinham as mulheres em posições subordinadas. Esse período, marcado pela publicação de obras como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (publicada originalmente em 1949), evidenciou a necessidade de repensar a divisão do trabalho, os papéis familiares e a objetificação do corpo feminino. Mais recentemente, a terceira geração do feminismo – emergente a partir dos anos 1990 e consolidada no início do século XXI – adota uma abordagem plural e inclusiva, desafiando as categorias fixas de gênero e incorporando a interseccionalidade para refletir a diversidade das experiências de opressão.

Essa evolução do pensamento emancipacionista não seria possível sem uma compreensão profunda do panorama histórico que moldou

a experiência feminina por séculos, sobretudo por meio da análise da estrutura patriarcal. Embora a historiografia tradicional tenha sido predominantemente produzida por homens (e para eles), contribuições recentes de acadêmicas feministas evidenciam a importância de questionar e reconstruir as estruturas sociais responsáveis pela perpetuação da opressão de gênero.

Nesse contexto, a concepção materialista da teoria marxista desempenhou um papel crucial ao oferecer uma análise das relações sociais que vai além das explicações meramente ideológicas ou morais. Essa perspectiva demonstra que as estruturas de poder são construídas a partir de condições materiais e históricas, permitindo compreender a opressão de gênero como produto das relações de produção, da divisão social do trabalho e da organização econômica. Assim, as conquistas femininas – como o direito ao voto, à educação e à participação política – podem ser interpretadas como reparações coletivas de um legado histórico de exclusão e subjugação.

Outrossim, embora os escritos de Marx e Engels tenham sido inovadores ao vincular a opressão das mulheres à lógica do capitalismo, suas abordagens frequentemente minimizaram a especificidade da experiência de gênero, concentrando-se predominantemente na questão de classe. Essa limitação impulsionou feministas marxistas, como Silvia Federici e Alexandra Kollontai, a aprofundarem o debate, incorporando a análise da reprodução, do trabalho doméstico e das práticas culturais. Essa ampliação teórica não só enriqueceu o debate, mas também estimulou a formulação de propostas e políticas públicas que visam corrigir a dívida histórica imposta pelo patriarcado.

Ao se apropriar dos fundamentos marxistas e expandi-los para torná-los mais sensíveis às especificidades femininas, o discurso feminista tem pavimentado o caminho para uma constante transformação social, essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária e democrática.

## **2 A HISTÓRIA DAS MULHERES E O PATRIARCADO**

Para compreender a conjuntura atual, é imprescindível investigar a narrativa que expõe as diversas formas de predominância masculina

na e as relações de poder que, ao longo do tempo, relegaram as mulheres a papéis secundários em várias esferas – inclusive na política e no Direito.

O patriarcado, entendido como uma manifestação estruturante da dominação dos homens sobre as mulheres e as crianças na família, e da extensão dessa dominação à sociedade em geral, nesse contexto, deve ser reconhecido como o responsável pela institucionalização da exclusão das mulheres dos espaços de decisão, repetindo padrões históricos que, com alguma maleabilidade e adaptabilidade, insistem em persistir até os dias atuais.

Ao ouvir a expressão em destaque, a noção que se tem inicialmente remete, quase que intuitivamente, à compreensão de que o patriarcado constitui um processo histórico natural e inevitável, o qual se desenvolveu ao longo dos milênios como consequência de algo que surgiu espontaneamente, de forma orgânica, quase involuntária e instintiva.

A conveniente disseminação desse pensamento não só leva à aceitação do patriarcado como legítimo e justificável, autorizando sua perpetuação, como se fosse uma consequência natural do que sempre foi assim, como também isenta, de certa forma, a sociedade de qualquer responsabilidade por atitudes atuais que importem no resgate histórico das repercussões que esse sistema de desigualdade e opressão causou e ainda carrega e representa, do que são exemplos as ações afirmativas que impõem mecanismos de equidade de gênero.

Embora a análise profunda e consciente do sistema do patriarcado somente tenha passado a ser objeto de pautas teóricas há poucas décadas, a busca por suas origens e pela forma como a relação de hegemonia masculina foi entendida ao longo dos vários períodos históricos não tem utilidade apenas por motivos documentais ou mesmo teóricos ou acadêmicos. Representa, de certa forma, a própria expiação de um tempo em que metade dos habitantes deste planeta era responsável (no sentido de que tomou para si e pronto!) pelo destino da humanidade, pelas grandes decisões, pelo desempenho do poder, pela política, pela ciência, pela civilização, em resumo, enquanto a outra metade sequer existia ou tinha o direito de ter sua história considerada ou contada, dada sua condição de total subordi-

nação e submissão.

É notável como a história tradicional ignorou a experiência feminina. Escrita principalmente pelos homens e neles centrada, é axiomático que a narrativa contada distorceu a visão sobre as contribuições e a própria resistência das mulheres em todo esse processo, apagadas ou minimizadas que foram pela historiografia masculina dominante.

Discutir o patriarcado é, portanto, reconhecer e denunciar a presença de uma superestrutura criada e pensada como ferramenta de hierarquização da sociedade, na qual as mulheres encontram-se sob o jugo do masculino.

O debate se torna ainda mais relevante ao constatar que essa condição se mantém, essencialmente inalterada, ao longo dos milênios. Apesar das batalhas e conquistas feministas, sobretudo do último século, o patriarcado persiste no século XXI – reinventando-se e reaparecendo sob diferentes roupagens, seja por meio de discursos que defendem instituições tradicionais, como a família e a moral, ou por meio de manifestações conservadoras e de direita – mas sempre com o mesmo propósito: perpetuar a dominação masculina.

Fato é que a história das mulheres não pode ser apagada da memória das próprias mulheres, porque ela é indispensável à emancipação feminina. Conhecer e resgatar a própria biografia – mesmo que os registros históricos tenham sido predominantemente centrados na figura masculina – é fundamental para transformar a realidade. Homens e mulheres precisam reconhecer que o conceito de “sexo oposto”, utilizado para marcar a disputa entre os gêneros, não foi criado pelas feministas, mas desenvolvido e propagado pelo próprio patriarcado.

É interessante e indispensável refletir sobre como chegamos até aqui. Que longo caminho o patriarcado percorreu, como foi interpretado pelos diversos pensadores e momentos históricos, bem assim quais os mecanismos e instrumentos utilizados para lograr êxito em alcançar o desiderato para o qual foi pensado.

### **3 A RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO DO MASCULINO SOBRE O FEMININO AO LONGO DA HISTÓRIA**

Como uma das pioneiras da história das mulheres e da historiografia

feminista, Gerda Lerner,<sup>2</sup> em sua obra *A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos homens* (2019), publicada originalmente em 1986, oferece um estudo profundo e inovador sobre as origens e a consolidação do patriarcado, argumentando que ele não é um sistema natural (meramente resultante do determinismo biológico) ou inevitável (como se propagou por muito tempo), mas uma construção histórica que se desenvolveu ao longo de milênios, criada e perpetuada como um sistema social, econômico e político de dominação masculina, manifestando-se na própria organização da família, nas instituições religiosas e governamentais, além da própria sociedade em geral.

Como construção histórica que é (e por isso pode ser extinta também pelo processo histórico), o patriarcado nem sempre existiu. Foi concebido e institucionalizado ao longo do tempo e da história. Lerner, na obra citada, entre outras várias considerações, traça a hipótese de que suas origens se encontram nas primeiras sociedades agrárias do Oriente Próximo, entre 3100 e 600 a.C., quando os homens começaram a controlar tanto a propriedade quanto a reprodução, aspectos intimamente entrelaçados com o poder de decisão.

Ao adquirir controle sobre a propriedade, os homens consolidaram o poder econômico e político, o que também se refletiu no controle sobre as mulheres e seus papéis sociais. Os homens que controlavam a terra, o trabalho agrícola e as relações de parentesco também detinham o poder de governo. O casamento tornou-se uma instituição central não apenas para regular a reprodução, mas também para formar alianças políticas entre famílias e garantir a continuidade do poder. As mulheres passaram a ser trocadas como símbolos desse poder e prestígio entre famílias e clãs, o que reforçou sua condição de dependência e objetificação, cimentando as relações de poder patriarcal não apenas no âmbito privado, mas também no político, oficializadas nas primeiras leis escritas e nas práticas culturais.

2 Gerda Lerner (1920 – 2013) foi historiadora e pensadora feminista pioneira, cujo trabalho revolucionou a maneira de se escrever a história ao incluir, pela primeira vez, a perspectiva e a experiência das mulheres. Nasceu em Viena, Áustria, e emigrou para os Estados Unidos durante o nazismo. Dedicou-se intensamente à reconstrução da narrativa histórica, enfatizando a dominação masculina e as estruturas patriarcais construídas e mantidas ao longo dos séculos. Abriu caminho para que vozes femininas fossem reconhecidas e valorizadas na historiografia.

Neste ponto, vale rememorar que uma das compilações legais mais preservadas e conhecidas da Antiga Mesopotâmia, o Código de Hamurabi (1750 a.C.), não regulava apenas questões comerciais e de propriedade, mas também definia explicitamente o status das mulheres, suas obrigações sexuais, matrimoniais e familiares. O casamento era visto como um contrato envolvendo as famílias e visava, entre outros aspectos, à procriação de herdeiros legítimos, e a infidelidade feminina era punida com muito mais rigor.

Outrossim, em muitas civilizações antigas, mulheres capturadas em guerras ou sem proteção familiar podiam ser vendidas como escravas, condição que colocava sua vida reprodutiva e sexual inteiramente sob domínio de seus “donos” (Lerner, 2019).

A subordinação das mulheres e a organização da sociedade em torno do poder masculino eram essenciais para manter a estabilidade dessas primeiras formas de governo. A partir desse momento, os direitos de herança e a organização familiar passaram a ser estruturados de maneira que favoreciam o monopólio masculino sobre a posse da terra e a transmissão de riqueza.

Esse controle inicial das mulheres e da procriação foi, para Lerner, provavelmente o ponto de partida para o desenvolvimento das primeiras formas de opressão de gênero.

A captura da compreensão do contexto de como e por quais razões se tornou viável e foi proporcionado que a condição de submissão das mulheres pelo masculino acontecesse é uma investigação essencial para a completa cognição a respeito desse processo histórico, visando não só o resgate da memória, mas o entendimento que leva à emancipação feminista plena.

A perspectiva tradicionalista e talvez a mais intuitiva seja reconhecer que houve a dominação, sobretudo inicial, porque isso resultou de um processo natural e universal, frequentemente com vinculação à religião e à característica reprodutiva da mulher: Deus criou a mulher com assimetria sexual em relação aos homens porque conferiu a ela a exclusiva atribuição divina de ser mãe (e amamentadora) e, conseqüentemente, a tarefa e o papel de cuidadora da prole.

Defendem essa ótica desde Aristóteles até São Tomás de Aquino (influenciado por aquele), cujas visões influenciaram fortemente a tradição ocidental, além de, mais moderadamente, Jean-Jacques Rousseau. Não por coincidência, todos os pensadores do gênero masculino.

Aristóteles (384 – 322 a.C.) argumentava que a natureza havia designado funções específicas para homens e mulheres, com base em suas características físicas e psicológicas. Em sua obra *Política* (1997), em vários momentos, ele afirma que as mulheres possuem um princípio racional “menos desenvolvido” em comparação aos homens, o que as destinaria à subordinação. Como consequência, segundo asseverou, é natural que o homem governe, enquanto a mulher, por sua condição biológica e psicológica, seja governada e se dedique ao papel doméstico e ao cuidado dos filhos.

Embora esse pensamento reflita a mentalidade patriarcal de sua época, ainda serve de base para muitas ideias que perpetuaram a desigualdade de gênero ao longo da história.

Santo Tomás de Aquino (1225 – 1274), na tradição cristã medieval, conforme mencionado por Simone de Beauvoir,<sup>3</sup> em sua clássica obra *O Segundo Sexo* (2009, p. 12 e 34), reforça essa visão ao argumentar que a ordem social de submissão feminina decorre da “lei natural” e da “lei divina”. Para ele, a mulher era um ser “ocasional”, como uma maneira de afirmar o caráter acidental da sexualidade, sob a perspectiva masculina. Influenciado por Aristóteles, acreditava que a mulher foi criada como ajudante do homem, papel que ele defende em sua *Summa Theologica* (Aquino, 2007), escrita no século XVIII. Ele descreve a mulher como naturalmente inclinada às funções do lar e do cuidado dos filhos, de forma que sua subordinação ao homem é uma expressão da ordem natural instituída por Deus. Na sua concepção teológica, defende que o pecado original reforça a necessidade de uma ordem hierárquica entre os sexos, pois a mulher, como Eva, foi a primeira a ser engana-

---

3 Simone de Beauvoir (1908-1986) nasceu em Paris, França, foi filósofa, escritora e ensaísta, amplamente reconhecida por sua influência no existencialismo e no movimento feminista, desenvolvendo uma profunda reflexão sobre a condição feminina. Sua obra *O Segundo Sexo* se tornou um marco na história do feminismo por problematizar a construção social da alteridade feminina e questionar os papéis impostos às mulheres pela sociedade patriarcal.

da. Essa visão foi usada para justificar a liderança masculina como um meio de prevenir a desordem e o pecado.

Como referido, outro pensador que reforça essa concepção, ainda que de forma mais relativa, é Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778), tido como o baluarte da democracia popular e liberal e respeitado por suas posições convictas contra o autoritarismo da monarquia.

Suas ideias sobre a “natureza” feminina também estão enraizadas em percepções hierárquicas e patriarcais. Ele acreditava que as diferenças entre os sexos eram naturais e complementares, justificando uma divisão de papéis sociais: homens no domínio do público e mulheres do privado. Defendia, portanto, que, embora naturais, as diferenças não implicavam superioridade absoluta de um sexo sobre o outro, já que cada qual desempenharia, na plenitude, suas funções, mesmo que em esferas diversas. Toda a sua obra, *Emílio ou Da Educação*, de 1762 (Rousseau, 2022), está permeada da ideia de que o papel das mulheres é o de educar e cuidar dos filhos e do lar, como guardiã da moralidade, mas em uma posição de dependência dos homens. Ele argumenta que os papéis masculinos e femininos são complementares, mas que a educação feminina deve prepará-las para a maternidade e a submissão. Os meninos, de outro lado, deveriam aprender lógica, ética, além de filosofia e política.

Também outros pensadores (igualmente referidos na obra de Simone de Beauvoir antes citada, especificamente na seção dedicada à construção histórica e filosófica da condição feminina, onde analisa os “Fatos e Mitos” acerca da mulher) comungaram, em uma outra medida, desse ponto de vista, valendo apontar: Thomas Hobbes (1588 – 1679), que acreditava que no estado de natureza homens e mulheres eram relativamente iguais em termos de força e capacidades, mas, no seu olhar contratualista, via a família como uma unidade patriarcal, com o homem no papel central de governante; John Locke (1632 – 1704), que descreve a família como uma unidade política onde o homem tem a autoridade final, ainda que à mulher seja conferida alguma autonomia; também Immanuel Kant (1724 – 1804) defendia que as mulheres eram naturalmente inclinadas à emoção e ao cuidado, enquanto os homens, que eram mais racionais, destinavam-se naturalmente à liderança; Friedrich Hegel (1770 – 1831) também pregava que a família, base da sociedade, tem na mulher o seu papel de mante-

nedora da unidade doméstica, porque não possuem (as mulheres) capacidade plena para a razão abstrata, sendo mais inclinadas a sentimentos e intuições; por fim, também Nietzsche (1844 – 1900) expressou opiniões profundamente misóginas, vendo as mulheres como naturalmente subordinadas aos homens, visto que existiam primordialmente para a reprodução e para servir de complemento.

Diante de tantos expoentes replicadores dessas ideias, ainda que representativas da inteligência de suas épocas, não é difícil concluir por que elas moldaram de maneira tão indelével a cultura ocidental, por séculos e séculos, e, mesmo depois de terem sido contestadas e enfraquecidas por pensadoras feministas, como Mary Wollstonecraft,<sup>4</sup> Simone de Beauvoir e outras (como a própria Gerda Lerner), que denunciaram essas bases construídas para justificar a desigualdade de gênero, continuam, de forma surpreendente, a ressoar em alguns segmentos da sociedade do século XXI.

Nesse sentido, para Lerner (2019), essa explicação determinista que convenientemente centra no biológico o destino imutável das mulheres, tem força desde a Idade da Pedra até o presente momento da história, porquanto afirma ser um fato reconhecido por muitos (tão válido naquela época quanto agora) a superioridade natural do homem, que é fisicamente mais forte, mais rápido e agressivo (características do homem-caçador). Logo, a supremacia masculina justificou e justifica a divisão sexual do trabalho e a submissão feminina, já que aos homens é atribuídas as funções meritórias de provimento e de governo.

Avançando para séculos mais recentes (final do século XIX e início do século XX), a concepção tradicionalista baseada no naturalismo religioso da inferioridade feminina acabou por perder força e então, segundo Lerner (2019), a ele foi emprestado o status científico, com a finalidade de manter a condição hegemônica masculina, numa clara manifestação de adaptabilidade do patriarcado, a fim de garantir sua sobrevivência ao longo do tempo.

---

4 Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), nasceu em Londres. Foi escritora, filósofa e ativista do feminismo moderno. Influenciada pelo Iluminismo, questionou as desigualdades sociais e a posição de submissão das mulheres em uma sociedade dominada por normas patriarcais. Sua obra mais conhecida *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), é um marco na história do pensamento feminista.

Nesse contexto, as ideias de Darwin (1809 – 1882), (DARWIN, 2024) e a influência do darwinismo social reforçaram a supremacia do patriarcado, dando a ele uma justificativa pseudocientífica, consolidando a exclusão das mulheres da vida pública, intelectual e produtiva, ao defender a concepção de que as diferenças entre homens e mulheres, tanto físicas quanto psicológicas, eram naturais e evolutivamente vantajosas.

Ao propor que as diferenças observadas entre os sexos eram o resultado da seleção natural e da seleção sexual (processo no qual os machos competem por acesso às fêmeas, e as fêmeas escolhem seus parceiros com base em traços vantajosos), ele argumentava que essa dinâmica explicava a evolução de características específicas em cada sexo e contribuía para o avanço e a perpetuação das espécies. Assim, os homens teriam evoluído para serem mais competitivos e mais fortes, o que os tornava mais aptos para liderar e tomar decisões, ao contrário das mulheres, emocional e fisicamente mais frágeis.

Esse discurso (pseudo)científico sugeria que a divisão social dos papéis entre homens e mulheres tinha bases biológicas que, ao final, induzia à crença de que o patriarcado era a consequência natural de todo esse processo e que a manutenção dessa ordem de ideias contribuía para a preservação da espécie (Lerner, 2019).

No campo da psicologia moderna, segue Lerner discorrendo sobre a influência de Sigmund Freud (1856 – 1939) na manutenção da estrutura patriarcal:

O humano normal de Freud era macho; a fêmea era, de acordo com sua definição, um ser humano desviante sem pênis, cuja completa estrutura psicológica se concentrava, segundo supunha, no esforço em compensar essa deficiência. Apesar de muitos aspectos da teoria freudiana se provarem úteis na construção da teoria feminista, foi a máxima de Freud de que, para as mulheres, ‘anatomia é destino’ que deu nova vida e força ao argumento de supremacia masculina. (Lerner, 2019, p. 45).

É certo que as ideias de Freud sobre as diferenças entre homens e mulheres marcaram um ponto de inflexão ao trazer o gênero e a sexualidade para o centro das discussões psicológicas e filosóficas. Não

obstante, sua abordagem limitada, essencialista e biologizante também seguiu a linha de contribuição para perpetuar preconceitos de gênero, reforçando, em última análise, visões hierárquicas e patriarcais.

#### 4 A TEORIA MARXISTA

A esse entendimento naturalista e universalista da submissão feminina, sob um ou outro enfoque, como acima exposto brevemente, que foi preponderante por largo espaço temporal na história do patriarcado, opôs-se e contrastou a teoria marxista, propondo um outro olhar sobre a questão.

O postulado marxista, de forma inovadora para a época, interpreta a dominação masculina sobre o feminino como uma construção histórica e social ligada às relações econômicas e à propriedade privada.

Karl Marx e Friedrich Engels, especialmente em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), obra de Engels (Engels, 2019), argumentaram que as primeiras sociedades humanas eram igualitárias e cooperativas, sem grandes desigualdades de gênero. Porém, a transição para as sociedades agrárias e o surgimento da propriedade privada criaram uma divisão sexual do trabalho que institucionalizou o patriarcado como parte do sistema econômico.

Enquanto a teoria naturalista busca eternizar e justificar o patriarcado como algo inerente à natureza humana, a perspectiva materialista de Engels o entende como um produto histórico e, portanto, mutável, para o que ofereceu uma base teórica robusta, com destaque sempre para a compreensão de como as relações econômicas influenciam diretamente as relações de gênero, sugerindo, como corolário, que somente uma mudança estrutural nessas relações econômicas e sociais poderia surtir efeito na alteração da condição vigente. Em outras palavras, na percepção de Engels, capitalismo e patriarcado se entrelaçam para perpetuar desigualdades de gênero e, portanto, de classes. Se a ideia é acabar com o patriarcado, há que se alcançar a sua gênese, qual seja, o próprio capitalismo. Acabando-se com o capitalismo, desaparecerá o patriarcado, que tem naquele a sua gênese.

Para o marxismo, os modos de produção e a forma como a riqueza é distribuída (ou apropriada) influenciam diretamente a organização so-

cial, a cultura, a ideologia. A relação homem/mulher, claro, não poderia ficar à margem desse jogo.

Nessa ordem de pensamento, Engels propôs que a dominação masculina (patriarcado) se consolidou quando as sociedades passaram de uma organização baseada na propriedade comum para outra apoiada na propriedade privada, argumentando que, nas sociedades tribais pré-agrícolas (onde imperava a propriedade comum e o interesse coletivo da tribo ou clã), a divisão de trabalho entre homens e mulheres era funcional e relativamente igualitária, situação que passou a sofrer mudança a partir do momento em que houve a acumulação do excedente agrícola, porquanto os homens começaram a reivindicar a posse sobre os meios de produção e a própria terra e, na sequência, sobre os bens e a respectiva transmissão da herança, contexto que deu origem à família patriarcal.

Daí para o homem se intitular o chefe da unidade familiar, controlando a propriedade e o poder de decidir, demorou só um passo. As mulheres, então, passaram a ser subordinadas a esse poder, que se tornou irresistível e incontestável, principalmente porque representavam instrumentos (pela maternidade que lhes é biologicamente destinada) que asseguravam a legitimidade da linhagem e da herança familiar. Como consequência, o casamento tornou-se um meio de controlar a sexualidade feminina e garantir que a herança masculina fosse transmitida para seus próprios descendentes. Eis, sinteticamente, a origem do patriarcado, na ótica da teoria marxista.

O capitalismo abriga, portanto, o componente central tanto na formação quanto na manutenção do sistema patriarcal, já que o trabalho doméstico e de cuidado é frequentemente invisibilizado no sistema capitalista, fazendo com que um reforce o outro, de forma recíproca. Ao desvalorizar o trabalho doméstico e a própria reprodução em relação ao trabalho produtivo (fora de casa), patriarcado e capitalismo se retroalimentam. A esfera privada era o domínio da mulher, mas ela estava desconectada da economia formal. A esfera pública, de outro lado, de domínio masculino, tornou-se a esfera produtiva, remunerada e socialmente valorizada. Esse isolamento na esfera privada limita o papel social da mulher e a mantém dependente economicamente do homem, consolidando uma estrutura de poder desigual e de alienação

progressiva feminina. A dominação masculina não é mais uma questão de poder entre os sexos, mas um mecanismo de exploração econômica que ajuda a sustentar a estrutura capitalista.

Como se observa, a teoria marxista trouxe outro sentido à origem do patriarcado, desconstruindo o determinismo biológico – que ignora os fatores históricos, econômicos e políticos – como ponto fundamental da sua existência, para situar a sua essência nas estruturas de classe do sistema capitalista. Diferenças entre os gêneros, em última análise, poderiam ser traduzidas na própria luta de classes.

## 5 CRÍTICAS E REVISÕES FEMINISTAS DA TEORIA MARXISTA

Em que pese o novo viés com que a formulação marxista tenha apresentado a situação, pensadoras feministas expandiram e criticaram a elaboração marxista, numa evidente evolução de pensamento.

Autoras como Silvia Federici<sup>5</sup> e Alexandra Kollontai<sup>6</sup>, ao se dedicarem ao estudo e reflexão sobre a questão, não obstante ambas ideologicamente identificadas com as bases intelectuais marxistas, argumentaram, discordando de Marx, Engels e seus seguidores, que o patriarcado, na realidade, possui uma autonomia relativa em relação ao capitalismo e que a opressão de gênero antecede o sistema capitalista, não se restringindo, outrossim, à mera esfera econômica.

Ademais, uma série de pontos teria passado ao largo da análise marxista. Um deles diz respeito à questão do trabalho, no contexto de instrumento da acumulação capitalista e arena principal do confronto entre a classe trabalhadora e o capital. Marx teria focado seu pensamento e tra-

5 Autora de obras como *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* e *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, nasceu em 1942, na Itália, é uma intelectual, filósofa, escritora e ativista feminista de orientação marxista, reconhecida por suas contribuições ao debate sobre trabalho reprodutivo, cercamentos (*enclosures*, nas transições do feudalismo ao capitalismo) e a relação entre capitalismo e opressão de gênero.

6 Autora de *A nova mulher e a moral sexual*, foi uma importante revolucionária marxista russa, feminista e defensora dos direitos das mulheres na Rússia Soviética. Viveu entre 1872 e 1952. Após a revolução de 1917, desempenhou papéis de destaque no governo soviético. Defendia abertamente o amor livre, a socialização do trabalho doméstico e o fim das leis que subordinavam as mulheres.

tado como trabalho apenas, ou sobretudo e principalmente, o industrial e assalariado, ignorando e omitindo ou até excluindo de seu exame a consideração de que outras atividades também podem ser assim classificadas.

É nessa perspectiva – redefinição do que constitui trabalho – que correntes feministas se mostram cruciais na crítica à teoria marxista, porquanto defendem e tornam visíveis e aparentes várias atividades que não podem ser mecanizadas (não estão no chão das fábricas e não podem ser substituídas por máquinas), mas que são essenciais à vida (e mesmo assim o marxismo não tocou), como as ocupações domésticas e de cuidado.

Embora o marxismo tenha denunciado, em alguns escritos, as relações patriarcais (assim como o racismo), não houve análise aprofundada do papel das relações de gênero e raça como ferramentas de controle político e econômico, perdendo a oportunidade de reconhecer categoricamente que o patriarcado (e o próprio racismo, além do etarismo e o machismo) estruturaram os regimes de trabalho ao longo do desenvolvimento capitalista.

Aliás, pode-se dizer que o machismo foi funcional ao capitalismo ao evitar que homens e mulheres se unissem em uma luta conjunta contra o sistema, de sorte que essa hierarquia de gênero (não reconhecida por Marx) impediu a solidariedade de classe, embora tenha sido eficiente, consoante afirmado por Silvia Federici, para “evitar revoluções” (Federici, 2021).

Ao não considerar o trabalho reprodutivo e doméstico como parte essencial do processo de acumulação de capital, o pensamento marxista perpetuou e contribuiu para a invisibilização da exploração feminina como fora do escopo econômico. É que a lógica de Marx estava centrada no trabalho assalariado, ignorando como o trabalho não remunerado sustentava a economia e a reprodução da força de trabalho.

Assim, embora o capitalismo tenha inequivocamente sido fator de intensificação da dominação de gênero, as críticas ao pensamento marxista defendem que o patriarcado possui raízes próprias que precisam ser entendidas para que sejam combatidas eficazmente.

Nesse contexto, a luta de classes (referida na concepção marxista) e a luta pela igualdade de gênero são inseparáveis na prática, dependendo

a emancipação das mulheres não só da alteração na estrutura econômica da sociedade (abolição do capitalismo), mas também da erradicação do patriarcado em todas as suas manifestações, as quais não se limitam àquelas elencadas por Engels.

Silvia Federici aprofundou a relação entre capitalismo e patriarcado em sua obra mais conhecida, denominada *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Federici, 2023). Ela defende, por meio da análise histórica e crítica, que o capitalismo, na realidade, emergiu por meio da exploração não apenas dos trabalhadores assalariados, mas também das mulheres, especialmente por meio do controle de seus corpos e do trabalho reprodutivo.

A caça às bruxas na Europa, entre os séculos XV e XVIII, teria sido, nesse contexto, um processo central para a transição do feudalismo para o capitalismo (o que comprovaria a relativa autonomia entre o patriarcado e o capitalismo, bem assim que aquele antecedeu a este, historicamente). Como explicar, de outra forma, a execução de milhares de mulheres taxadas como “bruxas” e como não vincular tal fato ao surgimento logo na sequência de um regime patriarcal mais opressor (característica do capitalismo), senão admitindo a ideia de que esse movimento político foi adrede composto para preparar o terreno para o desenvolvimento do esquema de dominação masculina. A perseguição vista naquela época, portanto, tinha raízes fincadas nas transformações sociais que acompanharam e fertilizaram o surgimento do capitalismo, condição que propiciou o ataque sistemático contra as mulheres da época.

Sabe-se que durante o período da Inquisição várias práticas foram objeto de criminalização, destacando-se a perseguição às mulheres chamadas de feiticeiras, que de alguma forma dominavam os saberes práticos relacionados à sua saúde reprodutiva (sabiam realizar abortos e partos, além de manipular plantas contraceptivas e abortivas) numa verdadeira ferramenta de aniquilação de vidas femininas (Cotta, 2021).

Portanto, a perseguição de mulheres rotuladas como bruxas não foi, de acordo com o seu pensamento, apenas um fenômeno religioso ou cultural, mas também um movimento político-econômico, intencional e previamente pensado e articulado, que visava antes de tudo destruir a autonomia feminina sobre seus corpos, reprodução e trabalho domésti-

co, transformando-as em força de trabalho reprodutiva controlada pelo Estado e pelo próprio mercado.

À acumulação primitiva também defendida pela teoria marxista, Federici (2021) inclui a exploração do trabalho não remunerado pelas mulheres, conforme já sinalizado. A transição para o capitalismo não pode ter sua mira só no roubo de terras e recursos, visto que o antecedente controle sistemático do trabalho reprodutivo feminino – criar filhos e manter a esfera doméstica, sempre invisível e sem remuneração – foi essencial para garantir o funcionamento do capitalismo. Não foi o capitalismo que deu origem à desvalorização do trabalho de cuidado ocupado predominantemente pelas mulheres. Foi a invisibilização desse trabalho e a sua sistemática ausência de remuneração, que potencializaram e serviram de viga sustentadora do capitalismo, aspectos estes que Marx passou ao largo, não dando a importância devida. A divisão sexual do trabalho serviu como ação maximizadora da própria exploração.

Descrevendo a importância do trabalho oculto, cuja dimensão não foi satisfatoriamente enfrentada pela teoria marxista (da qual inclusive era adepta), Silvia Federici desabafa:

Começamos por nós mesmas, que, como mulheres, percebemos que o trabalho para o capital não resulta necessariamente em um contracheque nem principia ou termina nos portões da fábrica. Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-las para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem de maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (Federici, 2021, p. 28 – 29).

Outrossim, também foi alvo de consideração o fato de que a tradição marxista não trata de forma profunda acerca da emancipação feminina do regime opressor do patriarcado ou mesmo do capitalismo, embora tenha sugerido que o desenvolvimento da ciência, indústria e tecnologia, com o destacado aumento da produtividade laboral, tão logo estivesse nas mãos da classe trabalhadora, reduziria a jornada dedicada ao trabalho, com liberação para desempenho de outras tarefas diversas, isso em relação a ambos os sexos, claro.

Olvidou, entretanto, mais uma vez a teoria marxista, que grande parte do trabalho desempenhado, sobretudo pelas mulheres, não é mecanizável, porquanto é de natureza interacional e emocional. Seria possível atribuir a tarefa de cuidado de crianças (ou mesmo idosos) a robôs? Evidente que a redução da jornada dedicada ao trabalho beneficiaria em medida muito maior o homem, visto que a mulher, mesmo laborando no sistema produtivo, ainda estaria comprometida com a jornada doméstica e de cuidado, de sorte que o propalado aumento do “tempo livre” seria consumido, para elas, com essas atividades que, como já referido, não eram reconhecidas, pelo marxismo, como economicamente relevantes, ainda que não remuneradas.

Neste ponto, também o pensamento de Alexandra Kollontai (1872 – 1952) converge substancialmente com o de Silvia Federici, sobretudo de acordo com o exposto em suas obras denominadas *A nova mulher e a moral sexual* e *A família e o comunismo* (Kollontai, 2005).

Propõe a pensadora, como forma efetiva de emancipação feminina, que o trabalho doméstico e reprodutivo deve ser socializado e reconhecido como parte essencial da economia. O Estado, segundo sugere, deve assumir parte das responsabilidades do cuidado, com a criação de estruturas públicas capazes de abrigar e dar conta do necessário cuidado, como, por exemplo, creches públicas, lavanderias coletivas e cozinhas/refeitórios comunitários, segundo defendeu em diversos discursos proferidos, compilados na obra *A família e o comunismo* (Kollontai, 2013).

Além disso, considerando também que o controle do corpo feminino é reconhecido por ela como uma ferramenta de dominação patriarcal e capitalista, Kollontai, que era uma vanguardista de seu tempo,

defensora do amor livre, vê a libertação sexual feminina como parte crucial para a concreta emancipação, sendo que a mulher não deve e não pode mais ser vista como uma reprodutora ou parceira doméstica, mas como um indivíduo autônomo e livre, separando-se as funções reprodutivas das econômicas, numa verdadeira transformação estrutural do sistema econômico, com a valorização do trabalho doméstico e seu compartilhamento e redistribuição equitativa, de forma igualitária, entre homens, mulheres e o Estado.

Com um olhar contemporâneo, também defende, como parte fundamental desse processo emancipatório (embora reconheça que dentro do sistema capitalista tal seria praticamente impossível, defendendo por isso um sistema mais socialista, que constituía sua base intelectual), a igualdade salarial entre homens e mulheres e o acesso igualitário ao mercado de trabalho e à educação, com preparação das mulheres para participação política e econômica, tudo visando à independência financeira feminina como um instrumento hábil para romper o círculo das relações abusivas, que também serve de alimento ao próprio patriarcado. Para ela, portanto, a luta feminista deve ser, necessariamente, também uma luta anticapitalista.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões apresentadas neste artigo possibilitaram uma visão abrangente acerca das origens do patriarcado, desde a concepção tradicional – naturalista e universalista –, que moldou profundamente o pensamento ocidental, até o contraponto inovador da doutrina marxista, cuja abordagem materialista desmistificou o fenômeno a partir de sua estrutura histórica e cultural. Ainda que limitada e alvo de críticas por pensadoras feministas, a visão marxista teve o mérito de abrir espaço para a atualização e evolução do pensamento emancipacionista, inspirando, inclusive, as feministas contemporâneas.

Ficou demonstrado que o resgate da memória histórica das mulheres e a compreensão aprofundada das origens do patriarcado são essenciais para fundamentar a emancipação feminina, condição indispensável à consolidação de uma sociedade verdadeiramente igualitária e democrática. Dessa forma, é imperativo trilhar o caminho da desconstrução

do sistema patriarcal, que se manifesta de maneira surpreendentemente ampla – desde interações cotidianas e atitudes aparentemente banais até decisões e eventos geopolíticos de grande relevância.

O patriarcado não se restringe a discursos abstratos ou a normas legais isoladas; ele se insinua em comportamentos cotidianos, como nas reuniões de trabalho, onde práticas como o *mansplaining* reforçam a crença implícita de que o conhecimento e a autoridade são, por natureza, masculinos. Em contextos familiares, a persistente expectativa de que a mulher assuma a maior parte das tarefas domésticas, mesmo em lares com dupla carreira, exemplifica essa lógica. Além disso, a mídia e a publicidade frequentemente perpetuam estereótipos que limitam o papel da mulher, reforçando a cultura da objetificação e estabelecendo padrões inalcançáveis desde a infância.

No âmbito do poder, a sub-representação feminina em cargos de liderança e a formulação de políticas restritivas – como aquelas que limitam o acesso a métodos seguros de aborto e ao planejamento familiar – refletem estruturas históricas que associam o comando a características masculinas. Esses exemplos demonstram que as diversas manifestações de machismo, sexismo e dominação masculina encontram na expressão “patriarcado” o sinônimo mais contundente de um sistema enraizado desde a Antiguidade clássica, passando pela modernidade – reestruturada com base nas ideias iluministas – até a contemporaneidade.

Conclui-se, portanto, que, embora o patriarcado não seja, isoladamente, o vilão responsável por todas as desigualdades de gênero de que se tem consciência, ele constitui o substrato mais notável dessas opressões. Seu estudo e compreensão, pois, são indispensáveis para a transformação social desejada, porquanto possibilitam a formulação de estratégias que visam à desconstrução e a reestruturação das relações de poder, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, São Tomás De. **Suma teológica**. Tradução de Alexandre Corrêa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 5 v.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COTTA, Mayra; FARAGE, Thaís. **Mulher, roupa, trabalho**: como se veste a desigualdade de gênero. São Paulo: Paralela, 2021.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Carmelot Editora, 2024. *E-book*.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lebooks Editora, 2019. *E-book*.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda, 2005.

KOLLONTAI, Alexandra. **A família e o comunismo**. São Paulo: Edições ISKRA, 2013.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Tradução de Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: 2016.

Recebido em: 04/03/2026

Aprovado em: 24/03/2026